

## AS REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DA MULHER NEGRA NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

## LAS REPRESENTACIONES IMAGÉTICAS DE LA MUJER NEGRA EN EL LIBRO DE TEXTO DE GEOGRAFÍA

**Indiara Soares Silva**

Graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP).

E-mail: indiassilva@gmail.com

**Ana Claudia Ramos Sacramento**

Professora Doutora do Curso de Geografia Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP).

E-mail:

anaclaudia.sacramento@hotmail.com

### RESUMO

A questão de gênero é vista a partir de um olhar sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres condicionadas a uma relação abusiva de poder. Pensar gênero tendo a mulher-negra como lócus, é voltar à atenção para a vulnerabilidade delas diante de práticas racistas impregnadas estruturalmente na sociedade, que as colocam em uma realidade desumana, dificultando sua emancipação. A lei 10.693/2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira precisa ser a cada dia debatida nas escolas. Um dos instrumentos pedagógicos de ensino é o livro didático, uma vez que traz conceitos e conteúdos, sendo o material mais difundido na escola. Este recurso apresenta diferentes formas de conhecimento, o qual pode estabelecer subliminarmente, discriminações, preconceitos, e até mesmo invisibilidades. Nesse sentido, o texto tem como objetivo debater as representações das imagens da mulher em um livro didático de Geografia do ensino médio. Por meio da metodologia qualitativa, o instrumento é a análise de duas imagens nas quais aparecem mulheres negras. Um dos resultados analisados demonstra que ainda é perceptível a colocação das mulheres negras em

situação de subalternização, desvalorizando-as e invisibilizando-as, sem ao menos considerar as suas ações benéficas, suas lutas e resistências.

**Palavras-chave:** Representação. Mulher Negra. Ensino de Geografia. Livro Didático.

## **RESUMEN**

*El tema de género se ve desde una mirada a las desigualdades existentes entre hombres y mujeres condicionadas a una relación de poder abusiva. Pensar el género con la mujer negra como locus, es devolver la atención a su vulnerabilidad frente a prácticas racistas impregnadas estructuralmente en la sociedad, que las colocan en una realidad inhumana, dificultando su emancipación. La Ley 10.693 / 2003, que establece las Directrices y Bases Educativas Nacionales para incluir en el currículo oficial de la red educativa el tema obligatorio de Historia y Cultura Afrobrasileña debe ser debatida todos los días en las escuelas. Uno de los instrumentos pedagógicos de la enseñanza es el libro de texto, ya que aporta conceptos y contenidos y es el material más difundido en la escuela. Este recurso presenta diferentes formas de conocimiento que pueden establecer de manera subliminal discriminación y prejuicio hasta mismo, invisibilidades. En este sentido, el texto tiene como objetivo debatir las imágenes de la mujer en un libro de texto de Geografía de secundaria. A través de la metodología cualitativa, el instrumento es el análisis de tres imágenes en las que aparecen mujeres negras. Uno de los resultados analizados se percibe la colocación de las mujeres negras en una situación de subordinación, devaluándolas e invisibilizándolas sin siquiera considerar sus acciones benéficas, sus luchas y resistencias.*

**Palabras-clave:** Representación. Mujer negra. Enseñanza de la Geografía. Libro de texto.

## **INTRODUÇÃO**

As imagens estão presentes em todos os livros didáticos, na Geografia ou em qualquer outra disciplina. Elas vêm sendo um instrumento de apoio para as aulas. São analisados, desde os mapas e os diversos símbolos, como na cartografia, até em assuntos contemporâneos. Dessa forma, existe uma necessidade de utilizar as imagens para uma aproximação maior dos alunos com o conteúdo ensinado.

Compreendemos a importância do uso da imagem como suporte para as aulas, e ao mesmo tempo devemos tomar cuidado com a sua

utilização, já que esta pode passar de um simples apoio didático visual e informativo para um grande problema quando ela não for devidamente empregada e contextualizada, principalmente, se for dada como uma verdade absoluta ou um simples retrato da realidade. Tendo em vista que pode tornar a mensagem visual reprodutora de estereótipos e enganação, quando deveria informar para elaborar um pensamento crítico acerca daquilo que pretende ensinar (TONINI, 2013).

Pensando nas possibilidades que a imagem simboliza como instrumento didático e na colaboração da visualidade, seu uso permite um encontro com o pertencimento e identidade através dela. Por mais que a sociedade tenha passado por inúmeras transformações, uma coisa é perceptível, as desigualdades por gênero e raça são identificadas, também, nas formas de escolhas das imagens nos livros didáticos.

Quando se pensa nas representações imagéticas das mulheres negras, é muito comum, na atualidade, o acesso à imagem por inúmeros meios de comunicação que colaboram para a criação de memória, de ideias e de definições que podem, por um lado, mascarar a forma como imagina-se que sejam as coisas, ou as pessoas; e por outro, podem ajudar na construção de um imaginário subversivo e crítico sobre as coisas, e também sobre as pessoas (CARNEIRO, 2003).

Dessa maneira, a importância desse debate dentro da sala de aula, devido à implementação da Lei nº 10.639/2003, a qual teria como objetivo, corrigir os equívocos históricos praticados contra os negros (as) e seus descendentes, principalmente no contexto da educação no Brasil, que por longos anos, não foi permitido aos (às) negros (as) o acesso às escolas. Como destaca Gomes (2011), ao se referir à Lei nº 10.639, em janeiro de 2003, alterando a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, “[...] a lei além de ser uma importante aliada na luta, é o resultado da incessante luta do movimento negro na esfera da política, exigindo dos governantes um

posicionamento com relação às ações afirmativas que preservem a igualdade de direitos e respeito às diferenças”.

Dessa forma, podemos compreender como se apresentam as mulheres negras nos livros didáticos de Geografia?

Este texto é parte da monografia de conclusão de curso de Licenciatura em Geografia apresentada em 2019 com o título: “A representação imagética da mulher negra nos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio - Fronteiras da globalização: o espaço geográfico globalizado e Espaço brasileiro: natureza e trabalho, PNLD – 2018”.

Neste sentido, o texto tem como objetivo debater as representações imagéticas da mulher em um livro didático de Geografia do Ensino Médio. Por meio da metodologia qualitativa, com base em Tonini (2013), busca-se tratar a interpretação de informações e a leitura de bibliografias que ajudam avançar o conhecimento e entendimento sobre questões que envolvam o tema.

Para desenvolver a metodologia, primeiramente, todas as imagens do livro foram quantificadas e tabeladas a partir do gênero e raça. Em seguida, as imagens correspondentes à mulher negra foram separadas. Então, elas foram analisadas e expostas, considerando os critérios solicitados no edital do PNLD (2018), a respeito das questões raciais, de gênero e a promoção positiva da imagem da mulher, elementos constituintes da formação cidadã. Para fins de um debate mais qualificado, foram escolhidas duas imagens para análise.

O ensino de Geografia busca uma educação cada vez mais acessível e emancipadora capaz de promover um ensino de qualidade que valorize os professores (as) e alunas (os), e assim, colabore para a formação de uma geração mais consciente.

O texto está dividido em três momentos: o primeiro apresenta a importância da Lei 10.639 para pensar o ensino da Geografia; o segundo trata da questão da mulher negra e a dimensão de pensar sua imagem nos livros

didáticos e o terceiro, a análise de duas imagens apresentadas em um livro didático do Ensino Médio.

## **LEI 10.639/2003 E O ENSINO DE GEOGRAFIA**

A lei 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, é um instrumento importante de combate ao racismo nas escolas.

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (BRASIL, 2003. s.p.).

O objetivo da lei nos parece muito direto e preciso se não fosse a complexidade que envolve as questões raciais no Brasil. A esse respeito, a lei é um importante instrumento para ajudar na inserção dos afro-brasileiros em diálogos e discussões sobre a questão do racismo. Mais que isso, é um instrumento de valorização da autoestima, conhecimento e reconhecimento, não só da sua ancestralidade, como da sua história de identidade que foi apagada da memória por um longo período nefasto de escravidão e de "brancura epistêmica", como nos relata Santos (2011, p. 5):

A Lei 10.639, promulgada em janeiro de 2003, é atualmente o principal instrumento de combate ao racismo no campo da educação. Fruto de lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro, ela vem tendo sua aplicação marcada por uma pluralidade de formas de atuação deste movimento social, que dá cada vez maior amplitude e complexidade aos desdobramentos da Lei.

A lei assegura que a escola tenha o papel de construir um novo paradigma de educação, que não seja apenas de inclusão, e sim da promoção de igualdade racial, de assistência continuada dos profissionais de educação. Dessa maneira, o documento passa a atender a demanda curricular e os anseios de equidade social, uma vez que seja aplicada. Ademais, possa cumprir com seu papel fundamental: o de resgatar a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômica e políticas, pertinentes à História do Brasil, e problematizar o racismo e suas implicações, inclusive dentro das escolas.

A Geografia tem um papel especial na formação educacional do cidadão, uma vez que possibilita o conhecimento da organização social, política, econômica e cultural que ocorrem no espaço geográfico. Sendo assim, a ampliação do currículo disciplinar abarcando temas que tratem a questão racial, através de conteúdos que discutam sobre a África, cultura, sobre os negros (as), ancestralidade, identidade e tomada de consciência, sobre o “ser negro” em um país no qual a discriminação por raça, e também gênero é presente.

A importância de trabalhar com as temáticas relacionadas às relações étnico-raciais demonstra a necessidade de o ensino de Geografia contextualizar em seus conteúdos a dimensão da construção geográfica do ser mulher negra neste país. Um dos principais elementos da disciplina como conteúdo escolar, é o de possibilitar o conhecimento do mundo para podermos nos posicionar diante das questões que envolvem as relações sociais, o nosso “ser” e “estar”, enquanto sujeito histórico e capaz de construir e reconstruir uma sociedade mais justa.

Com relação às ações afirmativas preocupadas com a política de inclusão, a questão racial no Brasil através da educação, destaca-se o papel do Movimento Negro Unificado (MNU), que surgiu após a década de 1970; outros já se destacavam principalmente, no que tange à educação. Conforme Gomes (2012, p. 737), “A Frente Negra Brasileira (1931-1937) é também mais um exemplo. Essa associação de caráter político, recreativo e beneficente surge, em São Paulo, no período pós-abolição, com intenções de se tornar uma articulação nacional”.

Constata-se que os movimentos que lutam pelos direitos da população negra não são emergentes, à medida que consideremos a resistência contra a opressão empreendida contra eles e pesando o longo período de escravidão. Mesmo após a abolição, os (as) negros (as) são subalternizados. Não têm espaço para terem melhores condições de vida, seus direitos são conquistados através de muitas lutas. Uma das principais bandeiras defendidas pelo Movimento Negro é a educação.

Ainda de acordo com Gomes (2011), ao se referir a Lei nº 10.639, ratifica que ela é o resultado da incessante luta do Movimento Negro na esfera política, ao exigir que os governantes tenham um posicionamento com relação às ações afirmativas que prezem pela igualdade de direitos e respeito às diferenças.

A lei tem como objetivo corrigir os equívocos históricos praticados contra os (as) negros (as) e seus descendentes, principalmente no contexto da educação no Brasil, que por longos anos não permitiu que os (as) negros (as) tivessem acesso às escolas. Com relação ao ensino de Geografia, e mais precisamente, ao conteúdo a ser abordado pelos livros didáticos, tem-se que recorrer ao bom senso dos professores para mediar as aulas e, a uma avaliação crítica do conteúdo proposto nos livros didáticos.

Dessa forma, considera-se que esses não devem ser precursores de verdades, para tanto, é necessário ter um cuidado especial na avaliação dos temas propostos, levando em consideração a realidade do aluno. Assim, se

torna uma boa alternativa para combater a discriminação racial e qualquer tipo de intolerância que atrapalhe o desempenho do professor no objetivo de usar a lei como instrumento de emancipação educacional e de luta contra o racismo.

A exigência do cumprimento da lei 10.693/2003 é cobrada nos editais referentes ao livro didático e está no guia do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) 2018 que ficam disponíveis para acesso no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). No edital, é possível verificar as exigências sobre o “Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino médio” (BRASIL, 2018, p. 33). Além disso, o documento afirma que serão excluídas as obras que não obedecerem a alguns estatutos, dentre eles a: Lei nº 10.639/2003 – obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

De acordo com Moore (2007), a implementação da lei ajuda a ressignificar a história dos (das) negros (as), a partir da compreensão da sua participação na construção do país, pois não é possível sustentar uma história que negligencie os papéis deles e delas, tornando-os passivos e ocultando sua importância social e histórica. A aplicação da lei para os livros didáticos tem a importância de valorizar a identidade delas e deles, resgatar a História de África e a que ainda remanesce no Brasil, além de lutar contra o racismo.

## **AS REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DA MULHER NEGRA**

Com a intenção de pensar sobre como é vista a mulher negra na sociedade brasileira, é importante dialogar sobre a questão racial e de gênero, com um olhar atento para os movimentos de mulheres negras e feministas que se propuseram a questionar, pesquisar e compreender o longo processo histórico-social e estrutural, no qual a subalternização, a violência, a pobreza e a discriminação racial e por gênero foram presentes na vida de inúmeras mulheres, inclusive as negras.

Uma das principais formas de submeter as mulheres negras a essas condições dá-se através da perpetuação de representações imagéticas que as desvalorizam e as invisibilizam. Portanto, a necessidade de desenvolver uma leitura através dos olhares de autores (as) que contribuem e enriquecem o entendimento sobre as necessidades dessas mulheres negras.

Com relação ao termo imagético, ele está ligado a nossa capacidade cognitiva de processar conhecimento a partir de alguma forma de linguagem. Nesse caso, a imagem é o meio de acesso, pois, nela está contida a apreensão da atividade humana e nos infere múltiplas interpretações da realidade a depender da visão do receptor.

Representar é algo inerente ao ser humano, considerando que a representação é à base do pensamento. Para nos comunicarmos, temos que apreender coisas, ideia que processadas e codificadas no cérebro, são rerepresentadas e ressignificadas, para então serem anunciadas e compreendidas. A representação é uma capacidade cognitiva, pois resulta de uma capacidade de reflexão do uso da linguagem, onde o sujeito seleciona os termos e conceitos com intenção comunicativa, que pode ser verbal – utiliza-se da linguagem falada ou escrita – ou não verbal – utiliza-se de sinais não linguísticos, como imagens, por exemplo (GONÇALVES; OLIVEIRA; NEVES, 2016, p.116).

As imagens ajudam a compreender uma dada mensagem a ser transmitida. É de suma importância saber interpretar o propósito da mensagem. Além disso, a forma como uma determinada informação seja ela escrita ou representada em imagens estáticas, é capaz de influenciar negativamente o nosso imaginário social. Em outras palavras, em contato com uma imagem ou uma obra é possível analisar as representações da organização social que produz e reproduz, por exemplo, a condição de subalternização, ou a sexualização do corpo feminino.

Nesse caso, a análise é sobre corpo negro e pode estar sujeita a produzir uma ideia mal acabada, contestável, preconceituosa, discriminatória. Uma mensagem que pode ser intencional, inclusive. A representação dessas mulheres nas condições de subalternas, miseráveis, dos

seus corpos hiperssexualizados liberou no imaginário social um estigma e um estereótipo que não agrega valores positivos e as condicionam de tal forma que ampliam desigualdades e ocasionam desequilíbrios sociais difíceis de serem superados.

Tanto Gonzalez (1983) quanto Moreira (2007), Ratts (2003) e Santos (2017) trazem, em suas pesquisas, uma narrativa que descreve as relações raciais no Brasil colônia como fez Gilberto Freyre, em Casa Grande e Senzala, Sobrados e Mucambos. Entretanto, pode-se observar que embora compartilhem em seus textos um diálogo com o referido autor, não lhe pouparam críticas sobre a cordialidade em que tratava as relações sociais entre negros (as) e brancos (as) daquele período.

Pode-se notar em Ratts (2003, p.5) que, “é necessário afirmar que corroboro as críticas feitas a Freyre de uma análise do passado, sobretudo da escravidão, fechada em si e idealizadora (IANNI, 1978). Destaco também os laivos de racismo que sua escrita perpetra.”.

Já no texto de Santos (2017), existe uma apreensão da autora com a ideia de demonstrar como uma constatação lá do passado ainda reverbera no imaginário social contemporâneo, que infelizmente deixa uma marca e diz muito sobre uma sociedade influenciada pela ideologia patriarcal. Segundo a autora, ao citar o sociólogo Gilberto Freyre, sobre o ditado corrente da condição das mulheres no Brasil colonial, era “Mulher branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar”. Essas constatações são um exemplo dos autores para entender o poder que uma dada representação pode gerar no imaginário das pessoas e suscitar questionamentos em prol de transformações que favoreçam a parte submetida a esse modo de tratamento discriminatório.

Gonzalez (1983) faz uma crítica até singela a Gilberto Freyre, talvez só possa ser percebida por aqueles que realmente conhecem a obra do autor, pois se trata de uma crítica indireta e pode ser vista neste trecho do texto:

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. [...] Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...). “No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias (GONZALEZ, 1983, p. 232).

Ao artigo da autora cabem outras considerações, primeiramente, trata-se da linguagem nada rigorosa com a norma básica de escrita científica e nos leva a pensar que a autora tinha um alvo que não o acadêmico a atingir, e seriam as mulheres negras pobres que sentiam o peso da violência simbólica. Moreira (2007), também, destaca em sua pesquisa a obra de Gilberto Freyre, e, não somente fala da contribuição do autor, com sua narrativa daquele tempo de escravidão, que colabora para o entendimento das relações sociais que se dava naquele dado momento, como realiza uma crítica sobre a questão de subalternização da mulher negra e escrava condenada à servidão e ao corpo sexualizado, visão perpétua de tais condições no imaginário social.

Possivelmente a essa altura, percebe-se um encontro na linha de pensamento dos autores que foram trazidos para análise dessa proposta. E não é para ser diferente visto que, nos é perceptível que as pesquisas acabam nos levando a beber numa mesma fonte. No entanto, o que interessa é demonstrar como narrativas acabaram por construir um imaginário social, uma visão quase que universalista, na medida em que a dominação acaba sendo naturalizada e institucionalizada e pode passar despercebida por alguns e elucidada por outros, como fizeram os pesquisadores trazidos para o diálogo.

Todas as questões vistas até aqui são imprescindíveis quando pensadas no âmbito do ensino, inclusive o de Geografia. Torna-se cada vez mais

necessário oferecer nas escolas, um diálogo que possibilite uma aproximação dos educandos com essas questões que visam a discutir sobre o racismo/discriminação por gênero, sobre discriminação seja ela contra homens ou mulheres. Se fizerem o esforço para lembrar quantas vezes foram vistas, por exemplo, mulheres em posições de destaque na política, na economia, os autores de livros didáticos, certamente, pensarão na invisibilidade que foi dada aos papéis que elas desempenharam na sociedade.

Tanto na Geografia quanto na História, os conteúdos apresentados nos livros didáticos seguem uma ordem cronológica de acontecimentos e as imagens aparecem da mesma forma. Apresenta-se aí um problema, pois, as vezes que as imagens das mulheres aparecem, são em unidades em que o assunto é específico sobre questões de gênero ou inclusão social, que se configura uma exigência, ou para tratar de datas comemorativas. Se pensar na questão das mulheres negras, então, a situação é mais desigual.

Algumas perguntas parecem imprescindíveis e levam a pensar na diferenciação estabelecida socialmente pela questão de gênero e racial. E se as telenovelas tivessem mais representantes negros (as)? Por que as propagandas ou anúncios tendem a mostrar nos seus outdoors famílias de cor branca? Por que é rara a aparição de mulheres, de cor retinta, na mídia, em geral? Por que os negros (as) são a maioria no cárcere? São inúmeras perguntas e talvez muitas respostas. O conceito de colorismo ou pigmentocracia consiste na discriminação com relação à variação da pigmentação da pele. De forma mais exemplificada, verifica-se que negro (a) retinto(a) está mais sujeito à discriminação por sua cor e traços fenóticos (fenotípicos). Uns dirão que essas proposições são vitimismo e outros dirão que são necessárias. Algumas reflexões como as que Santos (2017) propõe, ajudam a elucidar tais questões.

[...] Basta ligar a televisão e contar quantas mulheres negras aparecem nos programas e telejornais brasileiros. Para que a estimativa fique mais sofisticada, uma análise combinada entre a quantidade de vezes em que mulheres negras são veiculadas pela mídia e o lugar que elas ocupam nessas veiculações torna a questão da violência simbólica mais aguda. Nem mesmo como nicho de mercado as mulheres negras parecem interessar [...] (SANTOS, 2017, p. 45-46).

O que é perceptível, hoje, são anseios para que haja uma transformação na forma como essas questões são encaradas. Por exemplo, quando alguém afirma que racismo ou ideologia de gênero são ideias que servem como massa de manobra para encaminhar ideologicamente, inclusive os mais pobres, não percebe que também está imbuído de uma prática muito comum na sociedade brasileira, a de mascarar os problemas, estabelecendo uma relação de forças, à medida que eles não são encarados.

A publicidade no Brasil tem uma influência significativa na formação desse imaginário social, assim como, a literatura e a arte. Essas diversas formas representativas deixaram transparecer a discriminação à qual os negros (as) estão sujeitos, principalmente em relação à variação da cor da pele, pela qual homens e mulheres de cor retinta estão sujeitas (os) – um violento tipo de discriminação: o colorismo. De acordo com Silva e Silva (2017, p. 3), “[...] surge como um tipo de discriminação baseado na cor da pele onde, quanto mais escura a tonalidade da pele de uma pessoa, maior as suas chances de sofrer exclusão em sociedade”.

Nesse sentido, as reflexões colocadas neste texto fazem parte de um processo de indagação que incomoda, porque intenciona a busca de alternativas que possibilitem um resgate histórico no qual as narrativas não sejam apenas aquelas que submetem os negros(as) à condição de subalternização e de expropriação de identidade, como foi feito no Brasil colonial, deixando uma herança vergonhosa: a escravidão e suas consequências.

Assim, a propagação de imagens que tendem à desvalorização das mulheres negras corrobora os índices de desigualdades. Cabe destacar, que há no país um movimento cada vez mais engajado com as causas dos (das) negros (as). Graças ao processo de inclusão digital, por exemplo, vão surgindo os influenciadores, o maior acesso delas e deles ao ensino superior também tem sido uma maneira de ultrapassar as barreiras do preconceito. De fato, não dá para negar todas essas tendências e os seus benefícios. Contudo, ainda existe a necessidade de pensar alternativas mais eficazes para a diminuição da pobreza, analfabetismo e criminalidade, considerando que nessas condições encontram-se a maioria dos negros (as).

### **A ANÁLISE METODOLÓGICA DO LIVRO “FRONTEIRAS DA GLOBALIZAÇÃO: O ESPAÇO GLOBALIZADO”**

Na pesquisa, foram analisadas ~~das~~ imagens do livro “Fronteiras da globalização: o espaço geográfico globalizado (v. 2 ) para o Ensino Médio, dos autores Lucia Maria Alves de Almeida, bacharela e licenciada em Geografia pela PUC (SP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora nas redes pública e particular, atuando na educação básica - Ensino Fundamental e Médio e Técio Barbosa Rigolin, bacharel e licenciado pela USP (Universidade de São Paulo) em História, bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Unesp (Universidade Estadual Paulista) e professor de Geografia no Ensino Fundamental e Médio no Estado de São Paulo, publicados pela Editora Ática. As obras fazem parte do acervo aprovado no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2018.

Para análise das obras, seguiremos alguns métodos de análise: primeiro, a quantificação das imagens, depois, as observações e análises de acordo com critérios sugeridos pelo edital PNLD 2018, acompanhadas de críticas, sugestões e considerações que possam enriquecer esse trabalho.

No volume 2 para o segundo ano do Ensino Médio foram analisadas 98 imagens, esclarecendo que foram excluídos os gráficos, os infográficos e os mapas, porque a intenção da pesquisa foi retratar exclusivamente as imagens

e não outros elementos gráficos, apesar de achar importante e pertinente ao ensino de Geografia. Desse total de imagens, em um primeiro momento, identificou-se que a maioria das imagens era representações de homens, predominando mais brancos que negros. As mulheres aparecem em menor quantidade, com mais imagens de mulheres brancas do que negras. Como pode ser visto no Quadro 1:

**Quadro 1 – Relação quantitativa das imagens com relação ao sexo e cor (v.2)**

<b>Mulheres</b>	<b>Brancas</b>	<b>Negras</b>
36	31	5
<b>Homens</b>	<b>Brancos</b>	<b>Negros</b>
62	55	7
<b>Total = 98</b>	<b>Total = 86</b>	<b>Total = 12</b>

Fonte: Fronteiras da globalização: O espaço geográfico globalizado, v.2 (2016).

Quanto à quantificação das imagens, o trabalho foi orientado a destacar a quantidade de aparecimento de homens e mulheres, e depois, especificamente, a mulher negra. Desde já, esta pesquisa não esperou que os autores colocassem as imagens levando em consideração certa igualdade quanto à quantidade, e sim, que apresentassem os critérios e princípios exigidos no edital com relação à promoção de conteúdos e imagens que colaborem de maneira positiva sobre as questões étnico-raciais e de gênero.

Com relação à organização dos livros, os conteúdos estão divididos em unidades e dentro dessas, os capítulos. Além disso, esses vêm acompanhados de uma breve contextualização de como os autores vão trabalhar e dispor os conteúdos; e na abertura de cada unidade é colocada uma imagem que está diretamente conectada com o conteúdo.

Ao observar o sumário, na unidade 1 (um), os conteúdos estão organizados em 4 (quatro) capítulos, nos quais se destacam o capitalismo e a organização do espaço globalizado, como também, retratam o capitalismo e suas fases, a globalização e a economia-mundo, guerra fria e termina a unidade com a ascensão dos países emergentes (Brics) Brasil, Rússia, Índia,

China e África do Sul. Neste contexto, estão inseridas as duas primeiras imagens que serão analisadas (Figuras 1 e 2).

**Figura 1 - Mercado de escravos, Brasil**



Fonte: Fronteiras da globalização: O espaço geográfico globalizado, 2016, p. 11. (v.2).

A Figura 1 é bastante significativa, pois retrata o Brasil colonial sendo representado na pintura do artista francês Jean-Baptiste Debret (1768 - 1848), que reproduziu em telas a paisagem e costumes daquela época. Nesse caso, o significado dessa imagem, no conteúdo, trata-se de uma representação da organização do comércio de escravos, vindos do continente África, realizado na Rua do Valongo, região portuária do Rio de Janeiro. A diáspora da África para o Brasil foi resultado da exploração escravagista típica da Idade Moderna e perdurou até o final do século XIX, quando nações ocidentais submetiam outras nações a uma relação que consistia na exploração, subalternização dos povos considerados inferiores por eles; a colonização.

Assim, os (as) negros (as) foram condicionados ao processo de dominação e violência, que, até os tempos atuais, pode ser considerado responsável por uma enorme desigualdade social, econômica e cultural.

Cabe ressaltar que o livro didático mostra a representação dos (das) negros (as) apenas para destacar um período em que a integração econômica mundial tinha como característica principal o colonialismo. Em

momento algum, nesse capítulo, há uma preocupação em analisar as condições de vida delas e deles. Além de serem mencionados apenas como mercadoria a ser vendida no mercado, o corpo negro pode ser percebido como sendo coisificado, por meio da objetificação dessas pessoas.

Com relação à Figura 1, ela faz apenas referência aos (às) negros (as) escravizados (as), não distinguindo gênero. No entanto, é importante a representação para entender esse processo em que elas e eles eram considerados sub-raças para os “civilizados” europeus.

Com relação à Figura 2, na unidade em questão, nesta é a única que se consegue identificar a presença de uma mulher negra e que, possivelmente, é uma representante da cúpula da África do Sul e fazem parte do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), Brasília, em setembro de 2006, tratando assuntos do eixo Sul-Sul que promove a cooperação comercial entre esses países. Em momento algum no texto, há uma menção da mulher, ou descrevendo seu nome, ou identificando-a. Trata-se da única imagem de uma mulher negra nessa unidade. A referida mulher é a Ministra das relações exteriores Nkosazana Dlamini-Zuma, e foi uma ativista política e anti-apartheid da África do Sul. Sendo assim, considera-se que a inclusão de identificação das pessoas no texto dentro da perspectiva do conteúdo, independente do gênero ou raça, será uma forma de promoção positiva tão requerida pelo PNLD, que não foi realizada pelos autores.

O objetivo aqui não é subestimar o trabalho dos autores, mas, identificam-se problemas que parecem difíceis de serem superados, pois é fácil perceber que as imagens nos mostram as desigualdades e diferenças, como se existisse um lugar para a mulher e outro para o homem; um lugar para os (as) negros (as) e outro para os brancos (as) (TONINI, 2013).

A Figura 2 é carregada de significados e seu uso promove diferenciações. Ela acaba sendo um movimento perverso que acentua problemas de raça, gênero e antagonismo de classe. E, é justamente essa percepção ao analisar as imagens, representações de desigualdades que

não leva em consideração a diversidade social, econômica e cultural, conduzindo os estudantes a uma visão globalizada de mundo criada aos moldes europeus.

**Figura 2 - A força dos emergentes Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)**



Fonte: Fronteiras da globalização: O espaço geográfico globalizado, 2016, p. 46. (v.2).

Gomes (2012) convida a pensar sobre a necessidade mais que urgente de romper com essa perspectiva eurocentrada dos currículos escolares. A autora discorre sobre a questão dos currículos e a importância da Lei nº 10.639/03 para o ensino. Uma das contribuições para sua pesquisa é realizada sobre a égide de Boa Ventura de Souza Santos, um importante pensador que ajuda elucidar algumas questões acerca da colonialidade do saber, propondo a necessidade de um paradigma epistemológico.

Foi possível verificar que os autores tentaram atender ao edital sobre os pontos de formação cidadã, porém existem algumas lacunas não superadas. As representações ainda refletem o cenário de desigualdades. Mesmo o país tendo 54% da população de negros (as) e pardos, esses são a minoria nos cargos que possibilitem, hierarquicamente, poder, ascensão e status social; mantendo o status quo de subservientes. Em outras palavras, ainda há muito que fazer quando considerados os dados de desigualdades por gênero e raça no Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mesmo com as inúmeras conquistas alcançadas pelas mulheres ao longo do tempo, tais como: direito a voto, leis trabalhistas e leis de proteção, nota-se que existem algumas lacunas que precisam de atenção. São essas falhas que impulsionam pesquisas como esta; a necessidade de unir forças para que através da educação transformemos a realidade.

A proposta desta pesquisa em utilizar a representação imagética no livro didático, como objeto de análise, serve para compreender como essa ferramenta de ensino pode contribuir para formar alunos conscientes e críticos, tornando-os conhecedores das desigualdades existentes e capazes de intervir para transformar a realidade em que vivem.

Em momento algum, se deseja que o livro didático dê conta de tratar todas as questões relacionadas às temáticas de gênero e raça na escola, já que o livro é um elo oportuno para que assuntos como estes, alcancem parte dos alunos. Muitas vezes eles só têm este material de estudo. Analisar a representação da mulher negra no livro didático de geografia sobre a percepção de gênero e raça resultou na constatação da invisibilidade dela na obra analisada.

Outro detalhe que chama atenção na análise dos livros, em relação ao gênero, se refere ao seguinte ponto: de todas as imagens analisadas, os homens aparecem em maior quantidade de vezes, inclusive os negros quando comparados às mulheres negras. Essa verificação nos convida a pensar no quanto a ideia de patriarcalismo está presente na sociedade brasileira e é transportada para a produção dos materiais didáticos e na produção espaço geográfico, reproduzindo formas de desigualdades.

O desafio de pensar o ensino de Geografia preocupado com as questões de gênero e raça precisa passar pelo crivo da ruptura de paradigmas, pensar questões que envolvem o bem estar, nesse caso da mulher negra. É buscar alternativas que não insistem em reproduzir formas de opressão, e mais que isso, procure a desconstrução de narrativas coloniais. Isso significa que temos muito o que fazer, principalmente, no que se refere à

desconstrução do conhecimento em que está expressa a forma de dominação de uns sobre outros; não respeitando as diferenças.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lucia Maria Alves; RIGOLIN, Tércio Barbosa. **Espaço brasileiro: natureza e trabalho**. 3. ed. São Paulo, 2016. Editora Ática. Disponível em: <https://www.aticascipione.com.br/pnld/edital/pnld-2018/> Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. **Programa Nacional do Livro Didático**. Brasil, 2018. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/historico>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v.17, n.49. 117-132p., 2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008). Acesso em: 16 de jun. 2019.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção de saberes. **Revista Políticas e Sociedade**, v.10, n.18, 133-154p, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133>. Acesso em: 22 jul. 2019.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, 98-109p, 2012. Disponível em: [p.http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/curr%C3%ADculo-e-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-nilma-lino-gomes.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/curr%C3%ADculo-e-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-nilma-lino-gomes.pdf). Acesso em: 22 jul. 2019.

GONÇALVES, Eveline Figueiras; OLIVEIRA, Rafael Alves; NEVES, Dulce Amélia de Brito (2016). Análise da informação imagética: uma abordagem sob a perspectiva cognitiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p. 110-135. <https://www.redalyc.org/pdf/4656/465647640006.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS, v. 2, 223-244p, 1983. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf). Acesso em: 20 mar. 2019.

MOREIRA, Nubia Regina. **O feminismo negro brasileiro**: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo, 2007. 118f. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278996>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MOORE, Carlos. **Racismo & sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

RATTS, Alecsandro J. P. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27., 2003, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu, 2003, p. 1-20. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/08/ARatts\\_Genero.pdf](https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/08/ARatts_Genero.pdf). Acesso em: 22 jun. 2019.

SANTOS, Renato Emerson. A Lei 10.639 e o Ensino De Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Tamoios**, v. 7, n. 1., 4-24p., 2011. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/1702/2995>. Acesso em: 17 mar. 2019.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. O feminismo negro como um lugar de pertença e aprendizado. In: MAGALHÃES, Lívia (org.). **Lugar de mulher**: feminismo e política no Brasil. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2017, p. 42-61. (Coleção Pensar Político. Coordenação Adriano de Freixo).

SILVA E SILVA, Tainan Maria Guimarães. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. **Direito UNIFACS - Debate Virtual**, n. 201, p. 1-19, 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/4760/3121>. Acesso em: 21 jun. 2019.

TONINI, Ivaine Maria. Notas sobre imagens para ensinar geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 3, n. 6, p. 177-191, jul./dez, 2013. Disponível em: <http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/165/109>. Acesso em: 11 fev. 2019.